

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
E CONTEXTO SOCIAL:
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS 2

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social Questões Contemporâneas 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas 2 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-434-4 DOI 10.22533/at.ed.344192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 2, são 30 artigos agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

No Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, são 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERVENÇÃO PROPRIOCEPTIVA: A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA SNOEZELEN EM CRIANÇAS COM TEA, PC E ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR	
Cristiane Gonçalves Ribas Daiara Daiane de Almeida Juliana Anton	
DOI 10.22533/at.ed.3441925061	
CAPÍTULO 2	18
ADAPTAÇÃO CURRICULAR EM MATEMÁTICA PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ESCOLAS REGULARES	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925062	
CAPÍTULO 3	24
ATIVIDADE LÚDICA COM RUBIK'S CUBE (CUBO MÁGICO) NO DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO, CONCENTRAÇÃO E HABILIDADES COGNITIVO-COMPORTAMENTAIS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL MODERADA	
David Martins Campos Adriano de Souza Alves Maria do Carmo Tito Teixeira Tania Maria Lima Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3441925063	
CAPÍTULO 4	30
INTERAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ATIVIDADES FÍSICAS ESPORTIVAS NA APAE ESCOLA "MOLEQUE SABIDO" NO MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS DE MINAS – MG: ESTUDO DE CASO	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.3441925064	

CAPÍTULO 5 36

AS TECNOLOGIAS COMO AUXÍLIO NO ENSINO DE MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Mello de Menezes Felix de Souza
Maria de Fátima de Oliveira Freitas Barbosa
Dagmar de Mello e Silva

DOI 10.22533/at.ed.3441925065

CAPÍTULO 6 43

CONTRIBUIÇÕES DOS JOGOS NO ENSINO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN QUE APRESENTAM DIFICULDADES NA AQUISIÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatíel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.3441925066

CAPÍTULO 7 50

EDUCAÇÃO ESPECIAL, DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E NECESSIDADE DE APOIO: CONCEITOS E POSSIBILIDADES

Elisiane Perufo Alles
Sabrina Fernandes de Castro
Iasmin Zanchi Boueri

DOI 10.22533/at.ed.3441925067

CAPÍTULO 8 67

EDUCANDOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA POR MEIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO DA UEG/ ESEFFEGO

Vicente Paulo Batista Dalla Déa
Samuel Gomes de Souza
Bruno Azevedo de Mello
Bruna Teodora Zizi Pais

DOI 10.22533/at.ed.3441925068

CAPÍTULO 9 77

ESCOLARIZAÇÃO DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Aparecida Ferreira de Paiva
Andréia Maria de Oliveira Teixeira
Eliana Cristina Pedroso
Andréa Rizzo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.3441925069

CAPÍTULO 10 85

ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS INCLUSIVAS PARA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE LANDAU-KLEFFNER

Janine Cecília Gonçalves Peixoto

CAPÍTULO 11	96
FATORES FACILITADORES E BARREIRAS DO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL EM ESCOLAS DA REDE REGULAR DE ENSINO	
Graziele Carolina de Almeida Marcolin Marisa Cotta Mancini Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.34419250611	
CAPÍTULO 12	105
OS IDIOMAS DO APRENDENTE: ADAPTAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS EM LÍNGUA ESPANHOLA PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	
Natalia Regiane Dourado Leme Parmegiani	
DOI 10.22533/at.ed.34419250612	
CAPÍTULO 13	117
O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Leandro Teles Antunes dos Santos Karina Ferreira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.34419250613	
CAPÍTULO 14	128
TESTE DE VERIFICAÇÃO PARA HIPÓTESE DO NÍVEL SILÁBICO: VIABILIZANDO A APRENDIZAGEM DOS DEFICIENTES INTELECTUAIS NA APAE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	
Julia Marcelina Ferreira de Melo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.34419250614	
CAPÍTULO 15	135
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESORDEM NO PROCESSAMENTO SENSORIAL E INTERFERÊNCIAS NO COTIDIANO ESCOLAR	
Joana da Rocha Moreira Allan Rocha Damasceno Rosangela Costa Soares Cabral Célia Regina Machado Jannuzzi Loureiro	
DOI 10.22533/at.ed.34419250615	
CAPÍTULO 16	147
TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018): UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O VIÉS DO ESTADO DO CONHECIMENTO	
Emne Mourad Boufleur Morgana de Fátima Agostini Martins	

Priscila de Carvalho Acosta
Roseli Áurea Soares Sanches
DOI 10.22533/at.ed.34419250616

CAPÍTULO 17 162

CONCEITOS MATEMÁTICOS SOBRE ESPAÇO E FORMA NECESSÁRIOS PARA A ORIENTAÇÃO E MOBILIDADE DE ESTUDANTES CEGOS

Eliziane de Fátima Alvaristo
Renato Hallal

DOI 10.22533/at.ed.34419250617

CAPÍTULO 18 176

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES: UM ESTUDO SOBRE AFETIVIDADE E INCLUSÃO DE CRIANÇAS CEGAS

Leida Raasch
Rita de Cássia Cristofoleti

DOI 10.22533/at.ed.34419250618

CAPÍTULO 19 185

MUSICOTERAPIA NA INCLUSÃO DE DEFICIENTES AUDITIVOS: UM ESTUDO DE CASO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DO MUNICÍPIO DE JECEABA – MG

Grazielle Carolina de Almeida Marcolin
Luana Taik Cardozo Tavares
Alan Rodrigues de Souza
Kíssia Kene Salatiel
Meiry Aparecida Oliveira Vieira
Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis
Érica Gonçalves Campos
Débora Paula Ferreira
Jéssica Aparecida Rodrigues Santos
Rozangela Pinto da Rocha
Camila Neiva de Moura

DOI 10.22533/at.ed.34419250619

CAPÍTULO 20 193

ENSINO DE LEITURA E ESCRITA DE ALUNOS SURDOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Mariana Gonçalves Ferreira de Castro
Kátia Regina de O. R. P. Santos

DOI 10.22533/at.ed.34419250620

CAPÍTULO 21 207

PESSOAS SURDAS: DIREITO À ACESSIBILIDADE E OUTRAS CONQUISTAS

Dhenny Kétully Santos Silva Aguiar
Norma Aparecida Costa dos Santos
Dheimy Tarllyson Santos Silva

DOI 10.22533/at.ed.34419250621

CAPÍTULO 22 217

“INCLUSÃO CONTRÁRIA” E AS NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS DOCENTES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Rosangela Costa Soares Cabral
Allan Rocha Damasceno
Joana da Rocha Moreira

CAPÍTULO 23 228

AVALIAÇÃO DE LACTENTES ABRIGADOS ENTRE 1 E 2 ANOS E 6 MESES DE IDADE NAS ÁREAS PESSOAL-SOCIAL, MOTOR FINO ADAPTATIVO, LINGUAGEM E MOTOR GROSSO

Fátima Carina Benini Bocuto

Thais Invenção Cabral

Eloisa Tudella

Andrea Baraldi Cunha

DOI 10.22533/at.ed.34419250623

CAPÍTULO 24 237

CONSTRUINDO PAREDES INCLUSIVAS SOB O OLHAR DO GESTOR DEMOCRÁTICO

Arilza Landeiro Guimaraes Dalonso

DOI 10.22533/at.ed.34419250624

CAPÍTULO 25 248

O ALUNO DISLÉXICO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Marília Piazzzi Seno

Simone Aparecida Capellini

DOI 10.22533/at.ed.34419250625

CAPÍTULO 26 257

ABORDAGEM METODOLÓGICA SOBRE A SEMANA SANTA EM LÍNGUA INGLESA EM SALA DE AULA

Ana Kécia da Silva Costa

DOI 10.22533/at.ed.34419250626

CAPÍTULO 27 263

DO ORALISMO AO BILINGUISMO: O MOVIMENTO DA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Clélia Maria Ignatius Nogueira

Maria Lucia Panossian

Beatriz Ignatius Nogueira Soares

DOI 10.22533/at.ed.34419250627

CAPÍTULO 28 274

EDUCAÇÃO PARA IMIGRANTES E CULTURAS LATINO - AMERICANAS: O DIÁLOGO INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SÃO PAULO

Adriana de Carvalho Alves Braga

Cristiane Santana Silva

DOI 10.22533/at.ed.34419250628

CAPÍTULO 29 290

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: OFICINA DE MEMÓRIA E APOIO PEDAGÓGICO PARA JOVENS E ADULTOS COM SÍNDROME DE DOWN

Neila Santos Brandão,

Sérgio Adriany Santos Moreira

DOI 10.22533/at.ed.34419250629

CAPÍTULO 30	300
O OLHAR DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DOS SURDOS NO ENSINO REGULAR	
Liliane Viana Soares	
Patrícia Siqueira dos Santos	
Eleny Brandão Cavalcante	
DOI 10.22533/at.ed.34419250630	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	312

CONSTRUINDO PAREDES INCLUSIVAS SOB O OLHAR DO GESTOR DEMOCRÁTICO

Arilza Landeiro Guimaraes Dalonso
Amparo-SP

RESUMO: Este artigo aborda a trajetória educacional das pessoas com deficiência (em especial as crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA) que um dia experimentaram a exclusão com a escola elitista, a institucionalização, a integração como uma possibilidade e a inclusão que está em processo de formação. Todo este caminhar foi importante para compreender a educação inclusiva e oferecer estratégias de qualidade com a ajuda do gestor escolar. A Educação Especial como modalidade de ensino entra como um direcionador para a educação inclusiva e o processo educacional é longo e com resultados a longo prazo. Até aqui muito se ouviu e viu falar sobre inclusão para estabelecer seus conceitos, mas da teoria para a prática existe um grande abismo. Vygotsky (1998), defendia que o melhor lugar para uma criança com deficiência estar já seria a escola regular devido à heterogeneidade e a riqueza das trocas sociais e a interação entre seus pares coetâneos. A pesquisa de campo aconteceu nas escolas municipais de um município da região metropolitana de Campinas-SP com observações, entrevistas e questionário fechado com o gestor de cada unidade escolar que atendia a população de

alunos com TEA. Pode-se verificar que o gestor educacional pode contribuir muito para construir um modelo equalitário na educação inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; qualidade de ensino; gestor educacional.

BUILDING INCLUSIVE WALLS UNDER THE LOOK AT THE DEMOCRATIC MANAGER

ABSTRACT: This article addresses the educational trajectory of people with disabilities (especially children with Autistic Spectrum Disorder - ASD) who once experienced exclusion with the elitist school, institutionalization, integration as a possibility and inclusion that is in the process of formation. This whole journey was important to understand inclusive education and offer quality strategies with the help of the school manager. Special Education as a teaching modality enters as a driver for inclusive education and the educational process is long and with long-term results. Until now much has been heard and seen talk about inclusion to establish its concepts, but from theory to practice there is a great chasm. Vygotsky (1998) argued that the best place for a disabled child to be would be regular school because of the heterogeneity and richness of social exchanges and the interaction between their peers. Field research was carried out in the municipal schools of a municipality in the metropolitan

region of Campinas-SP with observations, interviews and closed questionnaire with the manager of each school unit that attended the population of students with ASD. It can be verified that the educational manager can contribute much to construct an equalitarian model in the inclusive education.

KEYWORDS: Inclusion; quality of teaching; educational manager

INTRODUÇÃO

A escola iniciou seus trabalhos atendendo a classe dominante para uma formação elitista extremamente voltada para detenção de conhecimento intelectual.

Num primeiro momento, a população não sentia a necessidade dos serviços da escola, pois a estrutura era agrária e para a sociedade se manter era necessária força física e não conhecimentos formais. Com a Revolução Industrial e a urbanização, os objetivos da escola mudaram, pois, a sociedade necessitava de uma maximização produtiva dos trabalhadores de forma rápida e competitiva, precisava de mão de obra qualificada, pessoas polidas e submissas. Era uma estrutura magistrocênica.

BUFFA (1995 p.29) discorre que o Brasil é um país extremamente capitalista com uma indústria totalmente competitiva e que o nosso capital se dá às custas da marginalização da maioria dos brasileiros, a classe dos trabalhadores.

Desta forma, a escola regular repaginou-se com o intuito de atender às necessidades da sociedade com um público destinado aos alunos neurotípicos e possíveis adultos produtivos no padrão que se esperava como bons e ágeis trabalhadores descartando a possibilidade de crianças ou adolescentes com alguma deficiência. Levando em conta que a escola é meritocrática, os deficientes não se encaixariam na demanda desta escola e por fim não seriam uma força produtiva tão rápida e competitiva como os alunos que não possuíam qualquer deficiência. A teoria do capital humano define bem esta situação.

A ideia fundamental da teoria do capital humano é a de que o trabalho (a força de trabalho) corresponde a mais do que apenas um fator de produção, devendo ser considerado um tipo de capital: o capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior sua qualidade, e esta é dada pela intensidade de treinamento técnico científico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo da vida. (TAFNER, 2006, p. 3)

SANTOS (2006 p.44) ressalta “a escola cria mecanismos que exclui uma parcela da população, os alunos oriundos das camadas populares, e nesse contexto, há uma parcela que é duplamente excluída, ou seja, os alunos com deficiência”. São excluídos em dobro por não possuírem em sua grande maioria, capital cultural e por ter sua deficiência que te incapacita para algumas habilidades requeridas pela sociedade ou pela própria escola.

OS PRINCIPAIS PARADIGMAS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Segundo JANUZZI (2006), a partir de 1930 com o Governo Provisório de Getúlio Vargas, surge o ensino emendativo para atender aqueles que não se enquadravam no padrão de normalidade esperado pelo sistema de ensino em vigor, porém com caráter dúbio, ora assistencialista e ora educacional.

O decreto N.24.794 de 14 de julho de 1934 deixa muito claro a sua preocupação com a parte financeira (já que o capitalismo impera) e que seria uma forma de readaptá-los ao meio tentando consertá-los ou até mesmo curá-los para serem cidadãos úteis para sociedade e como consequência disso oferecer menos ônus para o Estado. Podemos observar também as terminologias utilizadas para se referir a uma pessoa com deficiência como os “anormais” ou “desvalidos”.

Por um grande tempo as pessoas com alguma deficiência foram excluídas da sociedade e suas terminologias de tratamento foram mudando com o passar do tempo. Cada uma dessas palavras que rotulavam eles, se referia a um contexto social apresentado em determinado momento.

No século XX eram chamados de inválidos; na década de 60 indivíduos de capacidade residual ou incapazes; até a década de 80 era deficientes, defeituosos ou excepcionais e há pouco tempo atrás, por volta de 1987 até 1993 foram rotulados como pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência ou pessoas com necessidades educacionais. Ninguém porta nada, eles não são objetos, pois ao não portar mais se entende curado, e este não é o caso. Já o termo pessoas com necessidades educacionais deixou-se de usar, pois as necessidades não se educam, partindo então nos dias de hoje (desde 1994) a serem chamados de pessoas com deficiência e este será o termo que iremos utilizar. (SASSAKI,2003)

Podemos dizer que a educação das pessoas com alguma deficiência passou e passa, por três grandes e principais paradigmas. ARANHA, 2000, p.3, entende o paradigma por “o conjunto de conceitos, valores, percepções e práticas compartilhadas por grupo sociais”.

Durante a sua trajetória em ambientes educacionais verificamos os seguintes paradigmas principais: institucionalização, integração e inclusão.

A institucionalização por muito tempo foi a única alternativa empregada para estas pessoas ditas como improdutivas, era também uma forma protetiva para a sociedade e uma forma de todos se sentirem seguros.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (GOFFMAN, 2008 p.11)

É fato que o preconceito foi verificado bem antes deste momento, porém neste instante as pessoas demonstravam seus medos e preconceitos por falta de conhecimento e por falta de legislações e políticas públicas que assistisse este público. Então a

melhor alternativa da época era deixar eles longe do convívio social.

Verificando-se que a cura destes cidadãos não seria possível, iniciou-se a diferenciação dos conceitos de doença e deficiência. Algumas instituições começaram a atender as pessoas com deficiência como um tratamento terapêutico para aproximá-los ao máximo da normalidade.

Essa concepção de normalidade passa a permear as políticas públicas, que, em vez de investirem em alternativas educacionais para esse público na educação comum, enfatizam a criação de instituições especializadas que se dedicam apenas a oferta de atendimentos médicos-clínicos e desprezam o âmbito educacional no desenvolvimento destes sujeitos. A filantropia demarca a organização dessas instituições, e o setor privado sem fins lucrativos avança nesta área, já que o Estado não assume a educação destas pessoas, confundindo, em suas proposições políticas, o direito a educação e ao atendimento educacional especializado. (FREITAS 2009, p.224)

Verificou-se então que este paradigma não era mais concebido e passou a ser contestado já que a educação formal neste ambiente foi colocada de lado e os progressos dos institucionalizados não eram significativos levando em consideração toda a sua estrutura e práticas diárias.

Iniciou-se um movimento de possível aceitação, acolhimento social e conscientização da sociedade para com as pessoas com deficiência, já que eles eram discriminados, rejeitados e eram tidos como loucos e ameaças para sociedade. A integração chega como uma forma de educação sociocultural, como uma atitude compensatória da segregação e do isolamento, uma forma inovadora de acolher a diversidade daquele momento totalmente excludente, almejando a autonomia e a produtividade, já que manter o sistema da institucionalização era muito caro para um investimento de improdutividade como resposta. "A Normalização era objetivo. Interação é processo. Integração é fenômeno que vai muito além de colocar ou manter excepcionais em classes regulares. É parte do atendimento que atinge o processo educacional. "(PEREIRA 1990, p.3).

Muitos pais não queriam mais seus filhos segregados em instituições específicas e queriam fazer valer o que a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4.024) dizia no artigo 88 "A Educação dos excepcionais deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade".

O preâmbulo da proposta da integração datou-se por volta de 1972 na Escandinávia. Era a chance social de aproximar a minoria da maioria, ou seja, os alunos típicos dos alunos atípicos, porém ainda continuava sendo excludente porque apenas uma parcela desta minoria era integrada na escola regular, pois eles tinham que se adequar aos moldes de uma escola tradicional por méritos próprios sem adequações por parte da unidade escolar, dos educandos e dos docentes.

Ao se afastar do paradigma da institucionalização e adotar as ideias de Normalização, criou-se o conceito de integração, que se referia à necessidade de modificar a pessoa com necessidades educacionais especiais, de forma que esta pudesse vir a se assemelhar, o mais possível, aos demais cidadãos, para então

poder ser inserida, integrada, ao convívio em sociedade. (BRASIL, 2000, p.16)

Achou-se que com a inserção destas crianças em escolas regulares, eles não sofreriam mais com a segregação, mas foi ilusório, pois eles frequentavam a mesma instituição, porém em classes separadas. A segregação ainda continuava.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção previa dos que estão aptos a inserção. Para esses casos, são indicados a individualização dos programas escolares, os currículos adaptados, as avaliações especiais e a redução dos objetivos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptar as suas exigências. (MANTOAN, 2006, p.18)

O modelo integrativo apenas aceita receber estes alunos com deficiência, mas não se dispõe a fazer nenhum tipo de mudança seja atitudinal, arquitetônica ou curricular para melhor atender, por isso que a escola adepta da integração não necessita se reformular e sim o alunado que vai precisar se adequar ao sistema escolar por vezes tradicional e rígido.

A integração se apresenta num formato cascata, com 3 formas diferenciadas: temporal, instrucional e social. A integração temporal seria oportunizar as pessoas com deficiência passar mais tempo com seus pares, já a integração instrucional seria oferecer estímulos pedagógicos visando sua aprendizagem nas salas regulares. E por fim a integração social que seria o relacionamento entre os alunos típicos e atípicos visando aceitação social pelo próprio grupo a que está inserido. (PEREIRA, 1980)

O conceito de integração passou a ser criticado e se tornou obsoleto com a vinda da educação inclusiva, já que as crianças e adolescentes eram inseridos no contexto escolar sem preocupações com a sua aprendizagem e suas potencialidades, apenas com o aspecto social.

Cada passo tomado na história da Educação Especial como modalidade de ensino foi muito importante para a construção da história das pessoas com deficiência, desde a institucionalização até chegar a inclusão que existiu e exigiu uma grande trajetória e esforço de todos os envolvidos.

Vários documentos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994) e a Declaração de Dakar (2000) foram peremptórios para se chegar ao terceiro paradigma que é a inclusão.

Trabalhar com as diferenças no atual contexto histórico e social, apresenta-se como uma forma desafiadora e um tanto quanto difícil, pois todos estão cada vez mais competitivos para atender as necessidades da nossa sociedade capitalista e consumista. Porém, mesmo sabendo que é difícil, também é necessário e irremediável. A lei está aí cercado por todos os lados para garantir o direito de uma minoria que foi segregada por tanto tempo. Precisamos adequar essas exigências não apenas a escola e sim ao principal sujeito que é esta criança que possui algum transtorno ou deficiência e que está matriculada na escola e que a comunidade escolar não estava

acostumada a receber e nem sabia lidar com as suas necessidades e potencialidades.

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo a escola organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEEESP, 2001)

A partir da década de 90 a inclusão escolar começou a tomar mais força com as políticas públicas mais efetiva, se tornando um divisor de águas para a era inclusiva. Este paradigma se encontra em construção no que tange a prática pedagógica. Quando falamos em inclusão, precisamos desenvolver a tolerância e respeito as diversidades sejam elas intrínsecas ou extrínsecas, sejam dos alunos típicos ou atípicos já que todos possuem suas dificuldades e diferenças que devem ser trabalhadas e aproveitadas em sua totalidade. Não apenas os alunos com deficiência ganham com este movimento, mas os alunos típicos também. Carvalho 2004 p.29 já mencionava que “não apenas portadores de deficiência seriam ajudados e sim todos os alunos que, por inúmeras causas, (...) apresente dificuldades de aprendizagem ou no desenvolvimento”.

A escola para todos é a prática do exercício da cidadania e necessita de um perfil não disciplinador para não correr o risco de retroceder no tempo como se desenvolve na escola tradicional. Muitas mudanças físicas e atitudinais de toda a escola e dos membros que a constituem são necessárias para valorizar a diversidade. Segundo FERREIRA 2005 p.65 “a inclusão escolar é justamente garantir o acesso e permanência do aluno na escola seguida do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais”.

[...] efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais. (FIGUEIREDO, 2002 ,p.68)

A inclusão é uma responsabilidade de toda a comunidade escolar, seja o seu sucesso ou seu fracasso, já que é a escola que deve se adaptar ao aluno e não o aluno se adaptar a escola.

A ESCOLA IDEAL

Desde o início do movimento da inclusão, buscou-se entender que os “alunos especiais” precisariam de uma escola “normal”, não paternalista, porém muito mais que fazer as próprias crianças entenderem determinada habilidade proposta, é necessário fazer com que os educadores, gestores e demais alunos entendam a importância deste convívio com benefícios para todos, não se colocando como diferentes, mas se igualando e trocando experiências.

MANTOAN, 2005, pp. 24-26, nos fala que “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças,

esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa”. Muito além ainda, é fazer os pais entenderem e participarem ativamente em todo esse processo, pois a participação deles é fundamental para o desenvolvimento, aprendizagem e inclusão da criança como um todo, pois entendemos que a inclusão não se limita somente em colocar a criança na escola, é necessário que ela consiga dentro de suas limitações interagir, socializar com os outros e aprender de forma funcional e significativa.

Pela prática escolar dos anos em sala de aula, entendemos que educar é um ato de amor pleno e absoluto, pois amamos crianças que não conhecemos, libertando-nos de paradigmas de cor, credo ou raça. O educador tem compromisso com a sociedade e consigo mesmo, de além de repasse de conteúdos programáticos, ensinar cidadania, solidariedade e amor ao próximo de forma desenvolvimentista.

O GESTOR COMO CONSTRUTOR DO PROCESSO INCLUSIVO

O princípio fundamental da escola inclusiva é a de que todas as crianças devem aprender juntas independente das dificuldades ou diferenças contidas, já que a escola é de todos. (UNESCO,1994).

O envolvimento dos pais, comprometimento dos professores e uma gestão democrática, sensibilizada e atualizada é o que toda escola necessita para efetivar uma verdadeira inclusão como uma tríade funcional.

Administradores locais e diretores de escola podem ter um papel significativo quanto a fazer com que as escolas respondam mais as crianças com necessidades educacionais especiais desde a eles sejam fornecidos a devida autonomia e adequado treinamento para que possam fazê-lo.(...) Uma administração escolar bem sucedida depende de um envolvimento ativo e reativo de professores do pessoal e do desenvolvimento de cooperação efetiva de trabalho em grupo no sentido de atender as necessidades dos estudantes. (UNESCO, 1994, p.143)

O gestor escolar é a peça fundamental para se garantir as transformações pedagógicas, por consequência das suas próprias atribuições profissionais como um proveitoso articulador de uma gestão democrática. Já falava SAGE (1999, p.238) que “o comportamento do diretor é que estabelece o clima pelo qual se resolve que a escola é de todas as crianças”.

A inclusão vai além de técnicas e práticas pedagógica, necessita de formação dos docentes no processo sobre desenvolvimento humano, investimento público, prioridades das partes interessadas e um bom projeto político pedagógico (PPP). Não é um trabalho fácil para os gestores, porém é possível. LIMA (2005, p.100) afirma que “assumir o compromisso de organizar uma escola inclusiva está longe de ser uma tarefa fácil, cômoda ou simples”.

Por isso iremos focar esta parte deste artigo no grande potencial que os gestores participativos e democráticos têm em influenciar o processo inclusivo de forma positiva e reflexiva se atentando a desenvolver um bom PPP, incentivar a formação dos docentes e envolver a comunidade e a escola.

O PPP é uma ação intencional, um instrumento norteador teórico-metodológico de pesquisa e de investigação que requer planejamento ao longo dos dias de forma reflexiva, com uma abordagem coletiva, flexível e democrática que supere os conflitos, buscando identidade cultural, pluralidade, e práticas didáticas para atender seu próprio público visando a dicotomia do específico e do global já que este é dinâmico. A escola é o espelho do seu PPP projetado na forma de escrita.

O projeto pedagógico não pode se constituir um fim em si mesmo. Ele é verdadeiramente o início de um processo de trabalho. A partir do projeto pedagógico a escola vai estruturando seu trabalho, avaliando e reorganizando suas práticas. Mais uma vez o papel do gestor se apresenta em destaque, uma vez que para estruturar, avaliar e reorganizar as práticas educativas é necessária uma liderança firme capaz de buscar os caminhos para tais encaminhamentos. (CARNEIRO, 2006, p.32)

Concordamos com as ideias de Padilha (2001), Veiga (2004), Vasconcellos (2006) no que trata o projeto político pedagógico, suas funcionalidades e o poder articulador que um gestor pode imprimir em sua unidade escolar, transformando suas principais problemáticas com uma participação democrática, já que todos são convencidos pelo exemplo. Para que haja mudanças, este instrumento não pode ser construído e arquivado, porém a gestão deve se responsabilizar da supervisão operacional sem autoritarismos e centralização, já que este comportamento afasta o integrante do processo desejado.

Para que o processo inclusivo realmente aconteça, os gestores devem oferecer todo suporte necessário para os professores, a fim que eles se sintam amparados e confortáveis com o “novo” e que este novo não gere grandes resistências.

OBJETIVOS

Esse estudo teve como objetivo principal a busca de conhecimento entre a teoria e a prática da inclusão nas escolas regulares, apontando a importância do gestor neste processo através da dedicação, estudo e vivências educacionais positivas.

METODOLOGIA

Elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado em artigos e livros. (MINAYO,2007;LAKATO Setal,1986).

A pesquisa é uma atividade reflexiva e investigativa, a qual nos proporciona um conhecimento sobre o desconhecido. “A pesquisa adequadamente aplicável a educação é a que desenvolve teoria que pode ser comprovada pelos professores [...]” (DICKEL, 1998, p.50). É através da pesquisa que o professor terá uma ação pedagógica diferenciada, utilizando o princípio educativo da ação-reflexão-ação, relacionando a teoria e a prática se conscientizando da realidade em que está inserido.

Apesquisa de campo aconteceu nas escolas municipais de um município da região metropolitana de Campinas-SP por meio de observações, entrevistas e questionário fechado com o gestor de cada unidade escolar que atendia a população de alunos com TEA. Cinco gestores/escola possuíam esta demanda de alunos e foram consultados.

RESULTADOS

A busca de informações sobre o conteúdo exposto neste artigo, nos levou a realidade da educação brasileira, refletido no contexto teoria x prática. Na pesquisa, ficou evidenciada a falta de capacitação na prática dos gestores, os quais entendem a necessidade, buscam conhecimento, mas também se “esbarram” na capacitação dos educadores que ali trabalham para a execução do papel real da escola na vida desses alunos.

Entendemos através da pesquisa que a atuação democrática e participativa sem coerções do gestor é a base para resultado final da inclusão eficiente na escola, pois ele é o responsável pela organização do processo pedagógico, aquisição de estrutura física e capacitação de educadores. Ele é o responsável por buscar os meios e cobrar o objetivo que se deseja.

Na pesquisa pudemos verificar que duas escolas conseguiram transpor para o PPP bons conceitos e práticas sobre uma inclusão efetiva da teoria à prática. Durante a prática pedagógica enquanto professor (a) destes gestores, duas atuais diretoras conseguiram trabalhar de forma global com os alunos TEAs, adequando conteúdos e atividades para a necessidade dos seus alunos, enquanto outros dois gestores não tiveram experiência enquanto professor com este público e um não sabia como atingir a aprendizagem do seu aluno autista se sentindo impotente naquela época. Essas duas gestoras também possuíam cursos de formação continuada na área de Educação Inclusiva.

É importante destacar que ter uma escola atuando na educação inclusiva implica em todos os funcionários, educadores, gestores e comunidade escolar estarem integrados entre si, colocando em prática as leis, executando o PPP da escola, para levar a aprendizagem de forma correta e eficiente a todos os alunos.

CONCLUSÃO

Através dos estudos realizados, entende-se agora com maior clareza os direitos de todos na inclusão, e da importância da gestão para uma educação de qualidade, visando o crescimento cognitivo bem como moral e social da criança.

Estamos na década da inclusão, porém entender todo processo é algo que deve ser feito cautelosamente e estudando e analisando com afinco. Porque incluir não é somente colocar dentro da escola, a inclusão é assegurar todos os direitos do aluno. Entende-se que todos envolvidos, professores, gestores e família precisam estar

engajados e conhecer toda parte prática e teórica que cabe a cada um no envolvimento educacional do aluno.

Verificamos neste trabalho, que as leis existem, mas é necessário cada um fazer sua parte para que a inclusão aconteça, que a escola seja acolhedora, porém eficiente, desenvolvimentista, funcional e democrática. Que um gestor com boas vivências na sua prática enquanto professor, pode promover muitas mudanças, oferecendo aos alunos uma educação de qualidade e um direcionamento norteador `as práticas inclusivas dos seus professores sempre com um olhar atualizado por meio da formação docente.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão Social e Municipalização. In: Eduardo José Manzini (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. 1ª Edição. Marília: UNESP Marília Publicações, p. 1- 10, 2000.

Brasil, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4024, de 20 de dezembro de 1961.

_____, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO,

Jomtiem/Tailândia, 1990

_____,Ministerio da Educacao.Secretaria de Educacao Especial.Serie Amarela, **Projeto Escola Viva**, Visao Historica, Brasilia, 2000

_____, Conselho Nacional de Educação, **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação especial na educação básica**. CNE/CEB. Brasília: Distrito Federal, 2001.

BUFFA, Esther; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CARNEIRO, Relma U.C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. Tese- Universidade federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FIGUEIREDO, R.V. **Políticas de Inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade** in: ROSA de E.G e Souza V.C (org.) **políticas organizativas e curriculares. educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2002.

FREITAS, Soraia Napoleão. **O direito á educação para pessoa com deficiência: considerações acerca das politicas publica**. In BAPTISTA,C: JESUS,D. (Org).

Avanços em Políticas da Inclusão: O contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: mediação/CDV/FACITEC,2009.

GOFFMAN, E. **Manicomios, prisões e conventos** (tradução de Dante Moreira Leite). São Paulo: Perspectiva. 20008.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no**

Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, L. **Apertem os cintos. A direção (as) sumiu! Os desafios da gestão nas escolas inclusivas.** In: FREITAS, Soraia Napoleão. RODRIGUES, David. KREBS, Ruy. Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais. Santa Maria: Ed. UFSM. 2005.p.85-111.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.**

São Paulo: Moderna, 2006.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PEREIRA, Olívia. **Princípio de normalização e integração na educação de excepcionais. In: Educação especial atuais desafios.** Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

SANTOS, R.A. **Processos de escolarização e deficiência : trajetórias escolares singulares de ex-alunos de classe especial para deficientes mentais.** Dissertação de Doutorado.PUC / SP,2006.

SAGE, D.D. **Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo.** In: SATAINBACK, S; SATAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência?**

Revista da Sociedade Brasileira de Ostomizados, ano I, n. 1, 1º sem. 2003, p.8-11.

TAFNER, Paulo. **Brasil: o estado de uma nação.** Brasília: IPEA, 2006.

UNESCO. **Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática em Educação Especial.** 1994.

VASCONCELLOS, C.S **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização.** 15ªEd. . São Paulo: Libertad Editora, 2006

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: SP.Papirus, 2004

SOBRE O ORGANIZADOR

Willian Douglas Guilherme : Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-434-4

